

# OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DE IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA BRASIL-BOLÍVIA-PERU

Aurinete Souza Brasil Freire <sup>1</sup>  
José Alves <sup>2</sup>

## RESUMO

A pesquisa se deu a partir das observações de imigrantes nas ruas das cidades de fronteira, nos últimos dois anos. O objetivo foi compreender os desafios enfrentados por migrantes, refugiados e apátriadas na região transfronteiriça entre Brasil-Bolívia-Peru, bem como dar visibilidade para a fronteira do estado do Acre quando das emergências em relação aos migrantes e refugiados que usam essa rota como caminho ou como lugar de permanência nas trajetórias de migração, refúgio e apatridia. O referencial teórico foi de autores locais que tratam dos aspectos regionais e autores que abordam o tema do trabalho, além de dados secundários dos órgãos que acompanham os movimentos migratórios e do trabalho. Os resultados foram que os imigrantes que se encontram em vulnerabilidade na região de fronteira do Acre enfrentam vários problemas, desde o rigor de controle de entrada até a emissão de documentos para apresentação em alguma empresa local em busca de trabalho, em muitos casos se deparam com a xenofobia dos munícipes que disparam vez ou outras palavras que constroem as pessoas que buscam um espaço para reconstituir suas vidas. No entanto, já está passando da hora desse migrante ser enxergado não como aquele que nos ameaça, mas o que vem contribuir de forma significativa nessa região de fronteira, carente em vários aspectos, mas que por meio da troca e do confronto dialogado entre culturas, é possível crescer e ter grandes impactos positivos.

**Palavras-chave:** fronteira, trabalho, migrante, xenofobia, acesso a direitos.

## RESUMEN

La investigación se basó en observaciones de migrantes internacionales en las calles de ciudades fronterizas durante los últimos dos años. El objetivo fue comprender los desafíos que enfrentan los migrantes, refugiados y apátridas en la región transfronteriza Brasil-Bolivia-Perú, así como dar visibilidad a la frontera de Acre, sin necesariamente estar en la necesidad de ser noticia nacional durante las emergencias. en relación con los migrantes y refugiados que utilizan la ruta de Acre como ruta o como lugar de estancia en trayectorias de migración, refugio y apatridia. El marco teórico se basó en autores locales que abordan aspectos regionales y autores que abordan el tema del trabajo como medio de supervivencia, además de datos de organismos que monitorean los movimientos migratorios y laborales. Los resultados fueron que los migrantes que se encuentran vulnerables en la región fronteriza de Acre enfrentan varios problemas, desde el rigor del control de ingreso hasta la emisión de documentos para presentarlos en una empresa local en busca de trabajo, en muchos casos se enfrentan a la

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Acre - UFAC, [aurinete.freire@sou.ufac.br](mailto:aurinete.freire@sou.ufac.br);

<sup>2</sup> Professor Associado da Universidade Federal do Acre, onde exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão nos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Professor do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFAC, [jose.alves@ufac.br](mailto:jose.alves@ufac.br)

xenofobia de vecinos que disparan tiros u otras palabras que avergüenzan a las personas que buscan un espacio para rehacer sus vidas. Sin embargo, ya es hora de que este migrante sea visto no como alguien que nos amenaza, sino como alguien que aporta significativamente a esta región fronteriza, carente en muchos aspectos, pero a través del intercambio y el diálogo entre culturas es posible crecer y tener grandes impactos positivos.

**Palabras clave:** frontera, trabajo, migrante, xenofobia, acceso a derechos.

## INTRODUÇÃO

Para a maioria das pessoas que migram, sejam forçadas ou não, o acesso ao mercado de trabalho na região onde chegam é um desejo, pois por meio do trabalho podem ter garantia de outras seguranças como alimentação e moradia. No entanto, as oportunidades de acesso a esses direitos são desafios, ainda mais quando esses se dão em países com muitas diferenças daquele de origem de migrantes e refugiados.

Nesta pesquisa, além de procurar entender as dificuldades na inserção de trabalhadores migrantes, refugiados e apátridas no mercado de trabalho, nossa preocupação se deu, também, em apresentar os aspectos sociais e econômicos, características e diversidade da região de Tríplice Fronteira do no Estado do Acre.

Nesse sentido, este texto, resultado parcial da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, tem como objetivo geral apresentar os desafios enfrentados por migrantes internacionais na região transfronteiriça entre Brasil-Bolívia-Peru, na Amazônia Sul-Occidental, em relação ao acesso e inserção ao trabalho no Estado do Acre, no recorte dos municípios de fronteira de Assis Brasil (fronteira com Peru e Bolívia), e Epiaciolândia (fronteira com Bolívia) e a capital do Acre, Rio Branco, que não faz fronteira direta, mas se tornou um lugar de permanência de muitas famílias que escolhem para fixar moradia, provavelmente por apresentar mais recursos e acessos a serviços.

Um outro objetivo é dar visibilidade para essa região que por vezes se tornou destaque de notícia apenas por causa dos impactos de uma maior mobilidade humana, quando se declara situação de emergência ou estado de calamidade, como foi em 2010 com os haitianos, 2017 com os venezuelanos, continuada em 2023 com movimento bem maior de venezuelanos, peruanos, indianos, cubanos, afegãos, tailandeses e tantas pessoas de outras nacionalidades continuam a passar pela fronteira tríplice do Brasil-Bolívia-Peru (Polícia Federal, 2023).

Sem contar as vezes em que também foi destaque em rede nacional e até internacional pelo número de pessoas que contribuíram, não por culpa delas, para uma demanda represada,



como foi o caso dos haitianos e senegaleses em 2010 e em 2021, no auge da Pandemia Covid-19, quando ficaram mais de 400 pessoas sobre a Ponte da Integração que liga o Brasil ao Peru, em razão do endurecimento das imposições das Portarias Interministeriais tanto do Brasil como do Peru, que alegavam segurança sanitárias na região de fronteira, momento em que a Ponte de Integração se tornou prisão (Nascimento, 2023).

Para este estudo utilizamos entrevistas diretas tanto com migrantes nas cidades de fronteira, e em Rio Branco, como também entrevistamos pessoas que compõem a rede de acolhimento desse público-alvo, dentre eles servidores públicos e de empresas privadas, de forma presencial e por meio de entrevistas por formulários digitais.

No decurso da pesquisa, o trabalho profissional que a autora exerce como Articuladora Regional da Cáritas Brasileira e Pastoral do Migrante, desde 2015, também permitiu que nas rodas de conversa com o público-alvo do estudo fosse possível trazer um diagnóstico da realidade, onde muitos migrantes que por ali estão ou passam têm acesso apenas ao trabalho informal, em sua maioria.

Para alcance e interpretação dos resultados desta análise, a metodologia foi por meio da pesquisa qualitativa, com utilização de bibliografias sobre o tema migração e acesso ao trabalho, com dados fornecidos pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho, 2021), relatórios da Polícia Federal, e as informações pelos entrevistados. Também destacam-se as observações locais assinaladas nos diários de bordo, diálogos paralelos com equipes de atendimento local, com pessoas residentes tanto em Brasília como em Etitaciolândia, nas pesquisas de campo realizadas. As equipes das Igrejas Católicas locais também contribuíram de forma contundente, mesmo porque é um dos meios utilizados pelos migrantes por onde chegam para buscar apoio e informações. Para caracterização dos aspectos regionais, utilizamos os escritos de autores locais, bem como entrevistas com municípios desde Assis Brasil até Brasília e Etitaciolândia.

A proposta da pesquisa se deu a partir do momento em que se percebeu uma quantidade expressiva de pessoas nas ruas tanto em Rio Branco como em Brasília e Etitaciolândia, dentre essas pessoas homens, mulheres e crianças que se colocam como pedintes com placas de papelão nas mãos, enquanto carregam as crianças nos ombros ou estas ficam expostas com as mães enquanto os homens passam a solicitar alguma ajuda quando os veículos param nos semáforos das cidades.

Dessa forma, este artigo está subdividido na apresentação da região de fronteira e do Estado do Acre, seguido dos aspectos que caracterizam a migração nesses municípios e os



desafios de migrantes e refugiados para o acesso ao trabalho desde Assis Brasil até Rio Branco, nos últimos dois anos.

## **METODOLOGIA**

Para alcance do objetivo realizamos pesquisa de campo, entrevistas com 12 trabalhadores/as migrantes residentes nas cidades de Brasília, Epitaciolândia e Rio Branco, e 12 pessoas da rede de acolhimento - pública municipal, estadual, empresa particular, agentes da Pastoral do Migrante e da Cáritas Brasileira que atuam nos mesmos locais, municípios das cidades pesquisadas.

Além das entrevistas e diálogos, utilizamos referenciais bibliográficos e dados fornecidos pelos órgãos que atuam nos municípios para compreensão da região transfronteiriça do Acre, as relações com os municípios dos países vizinhos, bem como os aspectos locais para melhor compreensão da inclusão desse público como trabalhadores locais e dados coletados nas pesquisas de campo.

Nas entrevistas e abordagens, aqueles que conseguimos alcançar em uma troca de informações, deixamos claro que os dados coletados seriam utilizados apenas no âmbito do projeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação do Curso de Geografia da Universidade Federal do Acre (PPGeo).

As entrevistas foram realizadas por meio de questionários e seguiram as orientações e exigências do Regimento Interno do PPGeo, coletadas mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde também nos deram direito de publicização de imagem.

Utilizamos a metodologia das rodas de conversa também, reunindo grupos maiores para diálogo sobre as questões locais, acesso a direitos, apoio local e inclusão no trabalho na região de fronteira do Alto Acre. No decurso dos diálogos nas rodas de conversa, aproveitamos para trazer o tema da xenofobia, ao que pareceu um crescimento desde a situação vivida pelos haitianos e senegaleses, inclusive perceptível nas falas de alguns atores da rede de acolhimento.

Os questionários foram divididos em 5 seções, sendo:

- I – Aspectos sociodemográficos;
- II – Percurso migratório e perfil laboral;
- III – Acesso a direitos;
- IV – Situação atual no Brasil;
- V – Espaço livre para apresentar o que desejar.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para a apresentação das características do Estado do Acre na região de fronteira, as mobilidades e relações interfronteiriças, utilizamos os textos de Maria de Jesus Morais (2000), e em relação à violação de direitos dos trabalhadores seguimos à luz dos escritos de José Alves (2014), que aborda sobre os migrantes e violação de direitos dos que trabalharam na constituição da Usina de Jirau em Rondônia. Thirson Medina (2022) também nos ajudou nesse caminho com sua pesquisa da migração e trabalho no estado do Acre.

Quanto aos aspectos da migração na Amazônia buscamos as publicações de Márcia Oliveira, principalmente nos aspectos das dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea. Para os aspectos de captação de mão-de-obra no Acre, trazemos um recorte da busca de trabalhadores por empresas do sul do país, onde foram recrutados boa parte de haitianos e senegaleses no abrigo improvisado pelo governo, no ano de 2015.

Thomaz Júnior contribui com as reflexões sobre a Geografia do Trabalho e suas mediações para questões dessa pesquisa, como o porquê a maioria dos migrantes dizem que estão prontos para fazer qualquer tipo de trabalho, ao que o autor nos traz a visibilização desse homem-meio enquanto migrante e que está sujeito a tudo, pela sua vulnerabilidade e plasticidade do seu trabalho. Jean-Paul Gaudemar (1977) nos ajuda a compreender sobre acumulação do capital e a mobilidade do trabalho a que estão submetidos os migrantes. Essa compreensão soma-se ao tema parte da pesquisa de Dival Neto que traz os dois conceitos numa visão marxista, à luz de sua pesquisa sobre a mobilidade humana na fronteira e os aspectos que interferem na inclusão desse migrante no mercado de trabalho, mediante a vulnerabilidade a que se encontra, a partir da sua mobilidade (Dival Neto, 2023, p.37).

Dados da pesquisa de Thirson Medina (2022) foi o que mais nos aproximou dos aspectos do trabalho de migrantes externos internacionais na região amazônica, a partir do estado do Acre.

Em Leite e Castro (2021) encontramos pesquisa interessante de como entender os processos da migração venezuelana, ao que diferenciamos da migração haitiana em 2010, e para este tema as abordagens foram de Márcia Oliveira (2016).

Para além do debate bibliográfico, outros dados foram coletados do site do IBGE, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Organização Internacional do Trabalho, trabalhos de campo, que se desenvolveram nas visitas às Casas de Passagem, instituições municipais, equipes da Igreja Católica que atuam junto aos migrantes, OBMigra/UNB, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal, Relatórios da Pastoral do Migrante e Defensoria Pública da União.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Estado do Acre, localizado no sul da Amazônia Ocidental é referenciado por ser um território de disputas acirradas desde a sua criação. É uma região que tem em sua composição uma fronteira tríplice, formada pelo Estado do Acre/Brasil, Departamentos de Madre de Díos/Peru e Pando/Bolívia. Sua constituição populacional é originada pelos povos nativos, dentre eles os Jaminawas, Manchineri, Yine, Piro, Iñapari, Catianas e Mascho.

Na formação territorial do Acre, início do século XIX, se cultivava, na Amazônia, um deslumbre pelo triunfo da economia e da sociedade burguesa, onde o ouro branco (látex) extraído da seringueira contemplava as expectativas da riqueza por meio da produção de borracha. E no final do segundo Reinado e nas primeiras décadas da implementação da República no Brasil houve visibilidade internacional das elites do Pará e do Amazonas. Nessa época a ambição dos colonizadores era o caucho e a seringa. O Acre, portanto, é lugar de lutas, de imigração e emigração desde o início de sua história.

Como analisado por Bento (2020, p. 26) sobre os aspectos constitutivos dessa região e das situações econômicas que atraíram inúmeras pessoas de outros lugares:

Na última década do século XIX e os anos iniciais do século XX foram bastante agitados na região do atual estado do Acre. O território era oficialmente boliviano, mas habitado quase que exclusivamente por brasileiros atraídos notadamente pela abertura de uma nova fronteira econômica e extrativista: a exploração do látex extraído da seringueira e do caucho. Embora existissem dezenas de etnias e milhares de habitantes indígenas antes da chegada dos *pioneiros*, todos foram invisibilizados como não dotados de direitos e de protagonismo na lógica da sociedade superior do Estado nacional dos *civilizados* que ali foram chegando, se constituindo como os únicos portadores de direitos e os próprios narradores de suas façanhas.

A interpretação dessa análise nos reportou à invasão do território brasileiro, onde se conclui que qualquer semelhança na ocupação do Estado do Acre com a invasão do Brasil pelos portugueses não é mera coincidência, ao que é possível perceber as mesmas estratégias utilizadas quando se trata de “conquista” de territórios.

Nesse contexto dos aspectos de produção, após a década de 1970 o atual Estado do Acre passou por vários ciclos de chegadas de migrantes internos vindos do Sul do país com interesse no investimento das terras promissoras da Amazônia, alimentados pelos discursos políticos de ser um local de integração e desenvolvimento. Ao depois, em tempos mais hodiernos, considerando a análise deste recorte de 2021 a 2023, outras mobilidades humanas aconteceram, em maior ou menor impacto. Se a pessoa vem pelo Peru, a primeira cidade ao cruzar a fronteira é Assis Brasil.

Assis Brasil é caracterizada por ser uma cidade pequena, aproximadamente 8.100 habitantes (IBGE, 2022), elevada à categoria de município em 1976. É pacata, situada na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, forma uma conurbação ou núcleo de populações vizinhas com a cidade peruana de Iñapari, que serve de ligação para as relações mais articuladas com o Peru, pois estão mais próximos geograficamente, culturalmente e na circulação de bens e serviços do que com a cidade boliviana de Bolpebra (Dival Neto, 2023, p. 22).

Servido pela rodovia BR 317, única que liga o Brasil ao Peru, Assis Brasil é um município que tem o seu desenvolvimento econômico pautado no serviço público, em que grande parte dos munícipes são servidores federais, estaduais e municipais. O comércio é pequeno, mas tem sua diversidade entre produtos nacionais e do Peru, e ainda um terceiro fator que movimenta a economia - o comércio bovino, com produção de 71.801 cabeças em 2022, seguida de outras de pequeno porte. No entanto, ainda há produção da borracha para comercialização, ainda que em número reduzido.

A cidade é pequena e sem muita opção de lazer, tem duas praças, sendo uma da Igreja matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e a praça central, onde se encontra algumas delícias de culinária regionais, como o mandim assado, que é prato típico do município. A comunidade é bem receptiva aos brasileiros, porém aos migrantes internacionais percebe-se distanciamento e situações de xenofobia. Para um migrante externo não é o lugar mais apropriado para se manter. A presença de povos indígenas também é visível, predominando o povo Manchineri e Jaminawa (Morais, 2016, p. 166).

No entanto, nos dois anos de pesquisa e do trabalho profissional desenvolvido na região, percebemos, no primeiro ano, 3 migrantes internacionais que permaneceram por um período de 6 meses, dentre eles um cubano, que trabalhou em uma loja de produtos de agropecuária, não recebia o salário mínimo, muito menos teve a sua carteira de trabalho assinada. Morava em um cubículo alugado pelo patrão, sem banheiro e pagava R\$ 400,00, que deduzido do “salário” só recebia, já deduzido do aluguel, R\$ 200,00 por mês. Em um de nossos encontros falamos sobre os direitos de receber um salário mínimo e alugar um espaço bem melhor que o que fora apresentado a ele. Porém, com receio de retaliações, por ser migrante e estar em um município muito pequeno, restringiu-se a não denunciar. Atualmente, segundo uma das entrevistadas da rede de acolhida, conselheira tutelar, relatou que tem 3 pessoas venezuelanas trabalhando na cidade e deu informações das outras que citadas.

[...] realmente àquelas pessoas já foram embora mesmo, mas agora tem outros, venezuelanos morando aqui, uns dois ou três, um vive de torito<sup>3</sup>, mora aqui mas conseguiu alugar o torito e a outra família o homem e os filhos trabalham de tudo, do que vier na frente” (Entrevista nº 10, em 11/11/2023).

Percebemos na entrevista que é uma prática dos migrantes fazer aquilo que estiver disponível, ao que Thomaz Júnior (2002) denomina como plasticidade do trabalho, até mesmo porque, segundo o autor, a inclusão no mundo do trabalho não está tão acessível, mas quando se coloca como candidato o sujeito migrante, é bem mais complicado. Então ele se submete a “qualquer coisa”, porém é preciso entender as dimensões desse comportamento de acordo com os movimentos territoriais a que está submetida a pessoa, pois:

[...] há uma complexa trama de relações que imprime certa plasticidade à nova sociabilidade expressa na dinâmica da sociedade, a espacialidade. Para tanto, o trabalho nas mais diferentes inserções e formas de exercitação ontológica não pode mais ser entendido em si, deslocado das ligações e relações societárias e das mediações sociais que proclamam seu redefinir constante. (Thomaz Júnior, 2002, p.16).

Fazendo uma comparação com o que referencia o autor e com as escutas nas rodas de conversa, entrevistas e observações do trabalho em campo, na maioria das declarações dos entrevistados foram apresentadas limitações desde a chegada ao Brasil, pelo rigor dos órgãos fiscalizadores na medida em que são atendidos no posto aduaneiro em Assis Brasil, se em horário comercial. E também quando passam pela fronteira à noite e está fora do horário de expediente, acabam seguindo viagem até à Delegacia da Polícia Federal em Epiaciolândia, distante 122km, para receber o visto de entrada no país. Essas limitações e as demoras nos atendimentos também são elementos que forçam os que estão em vulnerabilidade a aceitarem trabalhos que talvez nunca tenham realizado em outras circunstâncias.

Depois tem as outras exigências para ter as garantias para inserção em trabalho formal, como o CPF, Identidade, Certidão de Nascimento, Casamento ou Divórcio, Carteira de Vacina atualizada (hepatite B, Antitetânica e Covid), PIS, NIS e/ou NIT, comprovante de endereço (mês atual ou anterior), e comprovante escolar (certificado, histórico ou declaração de conclusão). Se tiver dependentes, cópia dos documentos dos dependentes. Esta lista foi solicitada a um dos entrevistados para uma vaga em um supermercado grande em Rio Branco, capital do estado do Acre.

Imaginem uma pessoa em vulnerabilidade, estando abrigada ou não em uma das 3 Casas de Passagem existentes no Estado, vai conseguir providenciar toda essa documentação

---

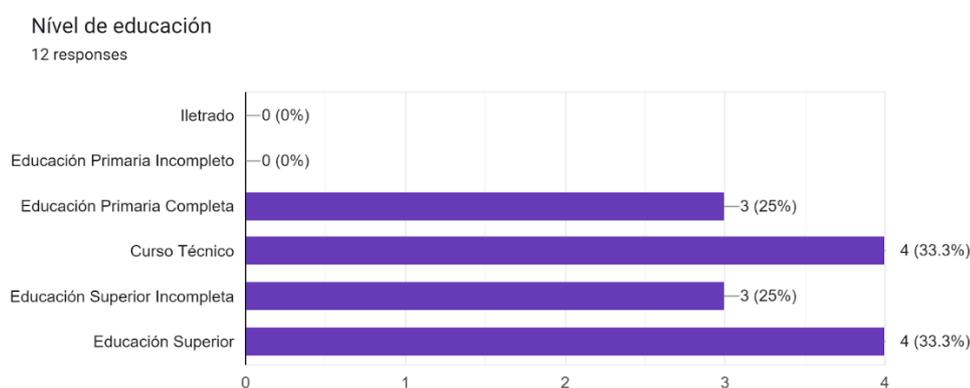
<sup>3</sup> Torito, tuc-tuc é um tipo de transporte triciclo, popular, semelhante a uma moto táxi, utilizado no Peru

em prazo curto para ter a garantia de um trabalho formal. Para completar, ainda tem a solicitação de uma foto 3x4 recente, que custa em média R\$ 15,00 a impressão de 6 fotos pelas empresas locais em Brasília ou Eпитaciolândia (pesquisa de campo, outubro 2023).

Se ele consegue acessar o escritório da Cáritas e Pastoral do Migrante localizado em Brasília, tem parte desses documentos, como as fotos e a solicitação do CPF, além de todas as impressões necessárias, tudo gratuito. Porém, nem sempre sabem da existência desse aporte, que deveria ser dado pelas secretarias de assistência social de cada município. Talvez seja utópico de nossa parte aspirar esse atendimento pela rede pública.

Em se tratando dessas limitações impostas pelos territórios aos que chegam e precisam compreender como se estabelecem as regras de cada local, buscamos comparar os dados coletados e percebemos as semelhanças com o que Thomaz Junior (2002) faz a abordagem de análise de que o tema do trabalho e suas dimensões, e traz como importante para a Geografia do Trabalho considerando que à medida que as pessoas se movimentam de um espaço para outro, seu fazer laboral também se modificam. Assim, se em seu país de origem são médicos, professores, jornalistas, massagistas, enfermeiros, engenheiros, quando se torna migrante acabam por modificar suas profissões, aspecto nitidamente observado nos resultados das entrevistas (Gráfico 1).

**Gráfico 1** – Migrantes trabalhadores no Acre, na região de fronteira, por nível de escolaridade



Fonte: elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa aplicada. Acre, outubro 2023

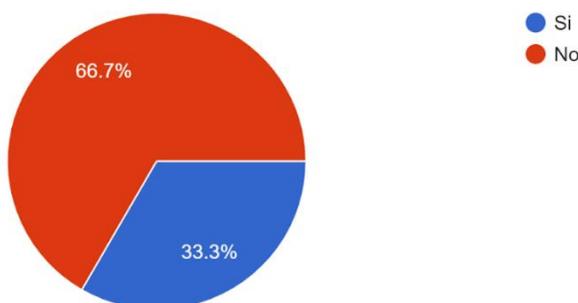
No gráfico 1 observamos que maior parte dos entrevistados possuem curso superior ou curso técnico, ou seja, com boa capacidade profissional para atuar de forma qualificada nos vários locais por onde perpassam, desde que tenham oportunidades adequadas que não violem os seus direitos.



Porém, quando indagados se as profissões que exercem são similares às de sua formação, 66,7% responderam que não (Gráfico 2), ou seja, estão inseridos talvez em algo que não teriam o menor interesse se estivessem no seu país, o que também diminui esse trabalhador, condicionando, na maioria das vezes, à submissão inferior aos outros trabalhadores.

**Gráfico 2** – Migrantes trabalhadores incluídos no mercado de trabalho em funções similares às formações profissionais no país de origem

¿Su trabajo actual es similar a su profesión en su país de origen?  
12 responses



**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa aplicada. Acre, outubro 2023.

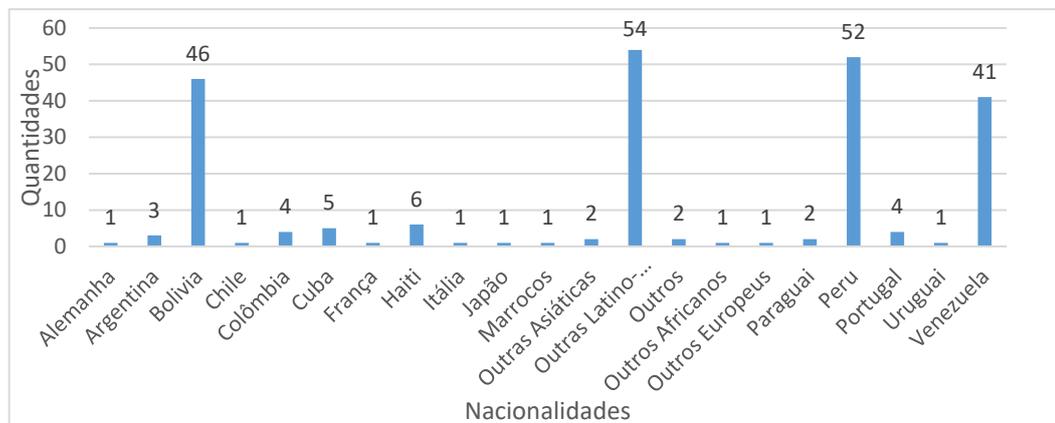
Dos dados coletados na última publicação da RAIS, (Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho), em 2021 (Gráfico 3), identificamos 230 vínculos trabalhistas formais no Acre, e desses 205 pessoas foram contratadas na Capital Rio Branco, 6 em Brasília, 6 em Epitaciolândia e em Assis Brasil nenhuma. A análise demonstra a ausência de oportunidades em cada município por onde passa grande parte de trabalhadores migrantes internacionais.

No entanto, a partir das observações *in loco*, constatamos que existem várias pessoas trabalhando na informalidade ou por conta própria, conforme apresentado também pela Pastoral do Migrante, que afirma ter em Rio Branco cerca de 150 famílias residentes incluídos na Economia Popular Solidária, em empresas de material de construção ou com algum empreendimento individual.

De acordo com dados locais, 53 migrantes residentes no Alto Acre, que são acompanhados pela Pastoral do Migrante da Diocese de Rio Branco (2023, p. 20), 04 estão inseridos no mercado formal, 17 mercado informal e 32 desempregados, que buscam alternativas de vida, como vendas nos semáforos, diárias como pintores, ajudantes de pedreiros, auxiliares de serviços diversos, lavadores de carro. Já em Rio Branco, capital do estado do Acre, o número de migrantes residentes é um pouco maior e mais variado.



**Gráfico 3 – Pessoas migrantes empregadas formalmente no Acre, em 2021**



Fonte: RAIS, 2023. Adaptado pela autora.

De acordo com os dados da RAIS (2023), os peruanos são os que mais são empregados em mercado formal no Acre somando 52 pessoas, seguido de outros latinos, 41 venezuelanos, e 46 bolivianos.

É importante trazer aspectos observados na pesquisa *in loco*, em que nos deparamos com duas pessoas venezuelanas em Assis Brasil, uma que se dedicava a juntar latinhas na rua e vendia para um caminhão que todos os dias vinha de Iñapari/PE, cidade vizinha de Assis Brasil, utilizado à coleta seletiva de latinhas e outros. Um outro migrante estava trabalhando em uma empresa de construção, ambos com a intenção apenas de juntar algum recurso e seguir viagem. Passados três meses, ao retornar, não encontramos nenhum dos 3, e ao perguntar para a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social a informação foi que não tinha mais nenhum migrante internacional trabalhando na cidade. Não é costume na cidade a prática de contratação de empregados domésticos nem faxineiros.

No município tem um posto de fronteira da PF, que se o migrante não perceber a cidade, que passa ao lado, semelhante a um vale, ele dá entrada no país e segue por 122 km até chegar em Eptaciolândia, cidade conurbada com Brasiléia, ambas fronteira com a Bolívia. Ali ele encontra a Delegacia da Polícia Federal para proceder com as solicitações documentais (Fotografia 1). Ele pode também entrar por uma trilha ecológica logo depois da Ponte de Integração, ao cruzar a fronteira, do lado direito, e passar por dentro da cidade de Assis Brasil, porém não escapará de subir uma ladeira enorme e bastante inclinada, na maioria das vezes a pé e com mochila nas costas, até chegar à Aduana (Fotografia 2).



**Fotografia 1:** Posto de Controle de Fronteiras em Assis Brasil/AC - PCFRON/ASSIS BRASIL/AC



**Fonte:** arquivo pessoal da autora.

Este Posto de Controle de Fronteiras atualmente conta com 3 funcionários para atendimento a toda demanda que passa diariamente e que precisa dar entrada ou saída do Brasil. A falta de efetivo levou a Organização Internacional de Migrações-OIM, que está com escritório instalado no Acre desde setembro de 2023, a contratar duas pessoas para dar esse apoio na documentação, bem como apresentar os dados dos atendimentos para efeito de mapeamento de pessoas que perpassam a fronteira.

Como dito anteriormente, os migrantes, se perceberem a trilha de passagem que está à direita da Ponte de Integração, podem optar para passar por ela, conforme fotografia 2.

**Fotografia 2:** trilha de entrada opcional de passagem a migrantes em Assis Brasil

**Fonte:** arquivo pessoal da autora

De posse do visto e dos protocolos de entrada no Brasil, ele segue para Brasiléia, cidade conurbada com Eptaciolândia, onde novamente os migrantes precisam passar para dar entrada na documentação na Delegacia da Polícia Federal, onde a depender da hora que chegue, ainda estará aberto. Passando do horário das 17h?, somente no dia seguinte, momento em que ou vai para a Casa de Passagem, no km 8 da estrada de Assis Brasil, ou fica pela cidade e espera algum apoio ou fica como pedinte, mendigando comida ou dinheiro nas ruas de Brasiléia.

Brasiléia é uma cidade com melhor desenvolvimento econômico, tem 26.000 habitantes (Censo, 2023), faz fronteira com a Bolívia, onde o comércio tem ainda grande importância e impacto na economia, ainda mais por ter produtos que são consumidos tanto dos municípios de Cobija/Bolívia no Brasil como os de Brasiléia/Brasil consomem os da Bolívia. Há ainda as relações fronteiriças de trabalhadores nacionais de um ou outro país que tem trabalho no país de fronteira, característica de cidades de fronteiras. Possui supermercados grandes e duas empresas exportadoras de porco e aves para o Peru, a Dom Porquito e a Acreaves, que empregam alguns migrantes externos, como foi o caso de dois dos nossos entrevistados.

Epitaciolândia tem atualmente 18.757 habitantes (Censo, 2023) e tem praticamente as mesmas características com a cidade que faz conurbação, Brasília, onde o comércio é o que impacta a economia local. Tem se destacado pelo acolhimento e sensibilidade junto aos migrantes e refugiados, que tem aumentado significativamente em razão do endurecimento das leis peruanas e expulsão de muitos que estão indocumentados naquele país.

Em Assis Brasil não conseguimos entrevistar nenhum migrante, somente pessoas da rede de acolhida da secretaria de Assistência Social, o ouvidor, o coordenador da Casa de Passagem e uma conselheira tutelar.

Nosso objetivo nesta pesquisa, portanto, não foi aprofundar a constituição do Acre estado, mas a partir da sua criação, como tem sido espaço de protagonismo aos que entram por suas fronteiras e como tem sido essas trocas e relações.

A fronteira ou as fronteiras (em sua diversidade metafórica) é sempre um desafio para quem dela se aproxima, seja ela física, quando dos limites estatais exigentes para uma mobilidade, imagine quando se trata de migrantes internacionais, muitas vezes indocumentados, que precisam adentrar a um país bem diferente do seu país de origem. Assim, também acontece com os que passam por essa fronteira transnacional do Acre. Sob esse aspecto, um dos entrevistados foi Pe. Alfredo Gonçalves (Entrevista nº 12), assessor do Serviço Pastoral dos Migrantes e está na Missão Paz, em São Paulo, que nos apresenta a diversidade de fronteiras numa visão bem interessante, apesar de ser fronteira, é território nacional:

O termo fronteira já carrega uma certa exclusão social, dá impressão de pessoas não integradas. A primeira coisa é fazer da fronteira um território nacional. Embora as pessoas morem ou estejam nas fronteiras, os migrantes também, eles estão no território nacional. Isso vale tanto para os migrantes quanto para as pessoas que habitam aí no Acre, na Amazônia, São Gabriel da Cachoeira, Amapá, Macapá, são pessoas que vivem em si na fronteira, mas não deixa de ser um território nacional. Podemos imaginar os ribeirinhos, populações indígenas, e os migrantes que estão temporariamente na fronteira. Mas a fronteira é Brasil. (Pe Alfredo, novembro 2023).

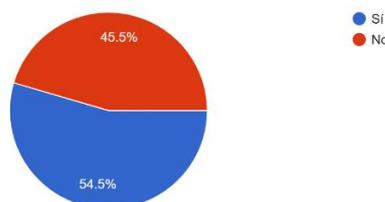
De fato, em breve análise do termo fronteira como limites territoriais, ao adentrar em um país a pessoa já está em território nacional, portanto, com direito a requerer os direitos a que tem acesso naquele país. Nesse sentido, Márcia Oliveira (2002, p. 77) aborda que os migrantes são pessoas em busca de novas especialidades e territorializações numa conjuntura que apresenta, por um lado, um espaço pensado e imaginado, esperado pelos migrantes. Por outro lado, o que existe é o espaço real, encontrado por muitos e negado a outros.

Nas entrevistas esses desafios também apareceram, quando questionados se conheciam alguém antes de vir para o Brasil, somente 11 que responderam, 45,5% disseram que não conheciam ninguém (Gráfico 4). Talvez esse dado referencie ainda mais a vulnerabilidade, o medo, a incerteza.



**Gráfico 4 – Se conheciam alguém antes de vir para o Brasil**

¿Usted conocia alguien en Brasil antes de venir aqui?  
11 responses



**Fonte:** elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa aplicada. Acre, outubro 2023

A maioria também informou que dos desafios enfrentados para a inserção no trabalho, destacam-se: barreiras legais (documentação), barreiras sociais (discriminação, preconceito, xenofobia), barreiras econômicas (incompatibilidade nas formações profissionais), barreiras culturais e linguísticas (os que não falam o espanhol, tudo se torna mais complicado). Essas são as diversas fronteiras que os migrantes enfrentam.

Como resultados-síntese das entrevistas, podemos destacar alguns dos pontos a seguir.

Sobre a forma que migraram, se em grupo ou separados, 33,3% migrou sozinho, 16,7% com grupos de pessoas, 50% com sua família. Este é um aspecto que se diferencia dos primeiros anos de chegada pelo Acre. Os haitianos chegavam sozinhos para conhecer o ambiente e depois buscar suas famílias. Já os venezuelanos, nos primeiros anos, migravam sozinhos, maioria homens, depois ficou grupo misto e atualmente migram em família. Sobre as violências a que estão sujeitos, 45,5% responderam que não sofreram violência no Brasil, e 54,5% afirmaram que sofreram algum tipo de violência no Brasil. No entanto, o acolhimento a migrantes pode contribuir para o aumento da oferta de mão de obra, fator este positivo para o crescimento econômico da região, bem como podem trazer experiências inovadoras para o mercado de trabalho.

Quando perguntados se tiveram acesso a moradia, trabalho, alimentação, educação e saúde, as respostas em maior parte foi que não tiveram acesso.

Das pessoas que trabalharam no mercado formal, 75% não tiveram seus contratos de trabalho assinados, apenas 25% tiveram empregados de forma legítima.

Os entrevistados também responderam sobre os valores que recebiam em seus ambientes de trabalho: 41,7% ganharam menos que R\$ 1.000,00, 41,7% ganharam entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00 e 16,7% ganharam mais que R\$ 1.500,00, em termos de salário mínimo.

Foram entrevistadas 12 pessoas brasileiras da rede de acolhida dos mesmos municípios, sendo a maioria servidores públicos, dentre eles: 41,7% Assistente Social, 8,3 %, Gerente, 8,3% Secretaria, 16,7 Coordenador, 8,3% Chefe de Divisão, 8,3% Conselheira Tutelar, 8,3% Professor e Pesquisador. Todas elas receberam pessoas migrantes em seu ambiente de trabalho e que 75% das famílias buscam por trabalho, confirmaram que a maioria tem ensino médio completo ou ensino superior. Foram unânimes em afirmar que no Acre não oferece oportunidades de trabalho à população migrante, 90% responderam que o Acre não somente corredor de passagem, mas que parte das pessoas estão se fixando nas cidades. Pelos acompanhamentos realmente temos migrantes morando em Epitaciolândia, Brasiléia e em Rio Branco. Daqueles que permanecem no Acre, ao serem questionados os entrevistados, responderam que o motivo de permanecerem é que têm acolhimento fraterno e é mais fácil para permanecer. Segundo às pesquisas, 70% dos servidores do município confirmaram ter os dados de atendimento aos migrantes nas suas secretarias.

Das sugestões dadas para a melhoria do acolhimento fraterno aos migrantes, propuseram que haja capacitação adequada à rede de acolhida (40%), mais 40% seria bom ter uma equipe que trabalhasse exclusivamente com os migrantes, 10% responderam que seria bom e necessário um sistema de captação e alimentação de dados 10% apontaram que todas essas sugestões são necessárias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos relativos à inserção de pessoas no mercado de trabalho, a elevação das capacidades técnicas e laborais, a valorização dos migrantes trabalhadores com alta capacidade de inserção nos postos de trabalho no Brasil ainda é um desafio, em uma região de fronteira essa possibilidade é mais intensificada pelas condições limitantes.

Percebe-se que a grande maioria dos migrantes residentes no Acre, ainda que documentados e com qualificação básica para atender aos requisitos exigidos nos postos de trabalho, pouquíssimos estão inseridos como trabalhadores formais.

É fundamental continuar com pesquisas nesse âmbito da migração na fronteira do Acre, além de que não se pode deixar de aprofundar o tema, de forma também a contribuir para maior conhecimento, imersão e colaborações com os estudos das fronteiras brasileiras, em especial a do Acre, pouco visibilizada.

Segundo pesquisa realizada pelo ACNUR, 16,3% dos refugiados no Brasil estão atuando de maneira informal, outros 14,9% de maneira formal e 10% não estão trabalhando

em procurar emprego (Portela, 2023), o que corrobora com o resultado deste estudo na região de fronteira do Acre.

Cabe, ainda, um destaque para os casos em que foram apontados como exploração do trabalho e da desvalorização das remunerações aos trabalhadores migrantes, principalmente quando se trata de trabalho por diária, onde acabam recebendo a metade do que é pago a um trabalhador brasileiro. Um dos entrevistados, migrante indígena warao, a única família que escolheu permanecer no Acre, informou que foi contratado por um empresário para ensacar farinha por uma semana, entrando às 7h da manhã, com intervalo de almoço, até às 17h, recebendo por dia R\$ 50,00. Ou seja, ele recebeu menos da metade do valor que geralmente é pago um nacional, em torno de R\$ 120,00.

Portanto, na implementação de políticas públicas nacionais e locais, que geralmente tendem a ter o foco na garantia da segurança nacional, e acaba atribuindo ao migrante a pecha de ser associado ao terrorismo ou tráfico, como alguém que vem ameaçar nossa segurança. A legislação nacional precisa passar de uma visão de segurança nacional, que vem dos tempos da Ditadura Militar e dos governos de extrema direita, para uma visão de direitos humanos, este talvez seja o maior desafio – passar de uma visão de segurança nacional e predominar sobre esses direitos, isso muda tudo para quem está na fronteira.

Apesar da nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017) ter trazido elementos fundamentais para acesso a direitos por parte dos migrantes internacionais, a segurança existente nas fronteiras ainda é voltada ao território nacional, à luz do que se vivenciou durante a Pandemia de Covid-19 em que os acessos por via terrestre foram bloqueados alegando a segurança sanitária, por meio de Portarias Interministeriais que jamais deveriam ser superiores a uma norma legal.

Portanto, estando a pessoa migrante em território nacional passa a ter todos os direitos dos nacionais daquele país – educação, saúde, acesso ao trabalho, moradia, vestuário, alimentação.

A Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017) traz em seu escopo a inclusão laboral do migrante como elemento dessa política migratória, no art. 3º, incisos X e XI e a garantia de cumprimento dessas obrigações citadas acima, no âmbito da garantia dos direitos tão quanto dos nacionais.

Percebemos, no entanto, que aquele que migra enfrenta vários desafios, desde as inseguranças, extorsões no caminho, muitas vezes submetidos às regras de rede de coites que atuam nas fronteiras, até as diversas fronteiras que precisas ser enfrentadas, combatidas por meio de capacitações à rede de acolhida, como sugerido pelos entrevistados, por meio de

campanhas incentivadas por pessoas que estejam abertas ao diálogo, ao encontro, à inclusão do outro. E esse outro não como estranho, estrangeiro, ameaça, mas o diferente que pode ser uma oportunidade de enriquecimento de um lugar, de uma cultura, de um povo, de uma nação.

Migrante, portanto, não é ameaça, não é perigo, não é risco. Migrante é uma oportunidade, é alguém que traz novas expressões culturais, novos valores, distintas formas de pensar, distintas visões de mundo, que podem nos enriquecer. A identidade de uma pessoa ou de uma nação sempre se dá no confronto com o outro, a identidade do cidadão brasileiro, por exemplo, se dá no confronto com o cidadão que vem de outros povos – da Síria, do Afeganistão, do Haiti, da Venezuela, do Peru, da Colômbia, de Angola, de Moçambique, ou de qualquer outra nação. A nossa identidade verdadeira se dá na troca com a identidade do outro, e aqui o que deve prevalecer não é a formação de guetos, não é deixar o migrante nos extremos do país, nas fronteiras, e sim a formação de comunidades, pois o gueto separa, cria hostilidade interna e externa, já a comunidade é sempre aberta àquele que está chegando.

Porém, sabemos que ainda são inúmeros os desafios enfrentados pelos migrantes externos na fronteira do Acre, como apontado nesta pesquisa, pela comunidade de acolhida e pelos migrantes entrevistados, dentre eles: a dificuldade de comunicação por causa da língua; a necessidade de qualificação profissional incompatível com a do Brasil. Por isso há a necessidade da validação de diplomas; ausência de programas de capacitação profissional, serviço de tradução e orientações quanto aos direitos trabalhistas; pois pela falta de oportunidade, acabam aceitando empregos informais e mal remunerados, em condições degradantes de trabalho, aumentando a sua vulnerabilidade.

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia**. 2014. 671 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/116027>. Acesso em: 11 de novembro de 2023.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**". 217 (III) A. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em 16 de abril de 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 11 de novembro de 2023.

DIOCESE de Rio Branco. **Relatório de Atendimento Humanitário aos migrantes, refugiados e apátridas na Região da Tríplice Fronteira do Acre**. Rio Branco, 2022.

ARAÚJO NETO, Dival Vieira de. **Migração Venezuelana em tempos de Pandemia de Covid-19 na Amazônia Sul-Ocidental: o caso dos imigrantes indígenas Warao na cidade de Rio Branco (AC)**/Dival Vieira de Araújo Neto; Orientador: Dr José Alves, 2023. 313 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Geografia, Rio Branco, Acre, 2023.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Trad. Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Estampa, 1977.

LEITE, Ana Carolina G. CASTRO, Mariana Araújo. Migrações venezuelanas, crise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** – RBHCS Vol. 13 Nº 26, Janeiro - Junho de 2021.

MEDINA, Thirson Rodrigues de. **Migração Internacional e Trabalho na Região Amazônica: estudo a partir do Estado do Acre**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2022.

MORAIS, Maria de Jesus.. **Acreanidade: invenção e reinvenção da identidade acreana**. 1. ed. Rio Branco: EDUFAC, 2016. v. 1. 356p. Disponível em: [http://www2.ufac.br/editora/livros/JESUS\\_Acreanidade.pdf](http://www2.ufac.br/editora/livros/JESUS_Acreanidade.pdf). Acesso em 29 de outubro de 2023.

NASCIMENTO, Matheus Alves. **A ponte que virou prisão: relatos do impacto do fechamento das fronteiras durante a pandemia de Covid-19 no estado do Acre sobre imigrantes vulneráveis**. XIV Encontro Nacional das Cátedras Sérgio Vieira de Mello. Caxias do Sul-RS, 08 de novembro de 2023.

OLIVEIRA, Márcia Maria. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. 1. Ed. São Carlos, SP: Scienza, 2016. V. 1000. 304p.



**POLÍCIA FEDERAL. Planilha com as nacionalidades e a quantidade de migrantes que entraram e saíram por Eptaciolândia e Assis Brasil.** Eptaciolândia-AC, agosto de 2023.

PORTELA, Maria Eduarda. **Mais da metade dos refugiados no Brasil estão desempregados, diz Acnur.** Metrôpoles, 24 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.metrosoles.com/brasil/mais-da-metade-dos-refugiados-no-brasil-estao-desempregados-diz-acnur>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências.** Rio Branco: Nepan, 2020. 253 p.

THOMAZ Jr., A. Por uma Geografia do Trabalho. **Pegada** - A Revista da Geografia do Trabalho. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v3i0.786>. Acesso em 12 de outubro de 2023.